

A MUDANÇA DA CAPITAL E A REEDIVISÃO TERRITORIAL, DOIS MAGNOS PROBLEMAS GEOPOLÍTICOS, CONTRA OS QUAIS NÃO SE TEM ARGUMENTOS

Ten.-Cel. JOAO BAPTISTA PEIXOTO

O Rio de Janeiro passou a ser capital do país em 1763. Até então a sede do governo geral era na Bahia. A mudança da metrópole foi determinada principalmente por questão de segurança.

A baía de Guanabara oferecia às naus um ancoradouro excepcionalmente abrigado e seguro. As elevações existentes em torno da mesma, facilitavam extraordinariamente a defesa da cidade.

Por outro lado, êste formoso recanto do nosso litoral, era uma das vias de acesso mais fáceis ao planalto brasileiro.

Outras 13 capitais estaduais e de territórios, surgiram na orla marítima: Macapá, Belém, S. Luiz, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracajú, Salvador, Vitória, Niterói e Florianópolis. Das interiores, S. Paulo, Curitiba e Pôrto Alegre, se acham tão próximas do litoral que podem ser incluídas entre as cidades marítimas.

Dêsse modo, apenas 8 das 25 capitais existentes no país, estão afastadas do litoral, o que evidencia a extraordinária influência do oceano Atlântico sobre o nosso organismo nacional.

A consequência desta inexorável força de atração do mar, não podia deixar de ser o desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior, com seus graves reflexos sobre o nosso desenvolvimento econômico e social.

A nossa faixa litorânea abriga hoje as melhores cidades e os maiores centros de produção e comércio do país, condensando grande parte da população e uma apreciável ri-

queza, em flagrante contraste com a pobreza do "hinterland".

A EXCÊNTRICA POSIÇÃO DE NOSSA METRÓPOLE

Situada aproximadamente no trêcho médio dessa faixa, a cidade do Rio de Janeiro, quase fechada aos influxos diretos do interior, tem entretanto um poder de atração tão grande sobre todos os recantos do país, que a aspiração da maior parte de nossa população é tornar-se "carioca", a despeito da "cidade maravilhosa" não possuir, além de sua incomparável beleza natural, nenhum dos outros requisitos necessários a uma grande metrópole.

A sua excêntrica posição no território, a sua inconveniente localização na orla marítima tão exposta às ações alienígenas de toda espécie; a falta de espaço para o seu desenvolvimento horizontal; os seus obstáculos naturais à circulação interior e à articulação entre as comunicações terrestres e marítimas; os seus complexos problemas urbanos de habitação, abastecimento e transporte; a ação perturbadora do seu congestionamento e muitas outras dificuldades, constituem razões que por si só justificam plenamente a velha idéia de se transferir a nossa metrópole para o Planalto Central — centro de gravidade do mapa político do Brasil.

ARGUMENTOS A FAVOR DA TRANSFERÊNCIA

Colocada em lugar próximamente equidistante dos extremos, a nova capital, por natural influxo, não será somente centro de governos mas também um poderoso fator de

disseminação do progresso e do desenvolvimento harmônico das três grandes regiões brasileiras, que a partir daí se diferenciam gradualmente: o Brasil amazônico, o Brasil oriental e o Brasil platino.

A transferência da capital para o centro do país é um dos magnos problemas geopolíticos brasileiros, cuja solução constitui um imperativo da segurança, da prosperidade e da própria unidade nacional.

É um dos recursos para se corrigir uma série de velhos problemas que vem se agravando à medida que o tempo avança.

Será o melhor remédio para se reduzir o grande desequilíbrio entre o Brasil das metrópoles, faustoso e artificial e o Brasil interior, sacrificado e esquecido.

A Capital Federal, interiorizada, será um núcleo de atração, agindo benéficamente sobre todas as regiões geográficas do país, pois constituirá o centro de uma rede de comunicações que, naturalmente irá se estendendo em várias direções, como verdadeiros canais de intercâmbio.

Cerca de 80 % dos nossos meios de transporte estão localizados nas regiões Leste e Sul, onde se encontram as melhores rodovias, os principais eixos ferroviários, os maiores portos marítimos e os aeroportos mais movimentados.

A região Leste é a zona dos minérios. A região Sul é o celeiro agrícola do país. Em conjunto estas duas regiões abrigam quase a totalidade (90 %) dos estabelecimentos fabris do Brasil, e 79,04 da nossa população (36,40 da região Leste e 32,64 da região Sul). Exatamente 85 % dos 326 Deputados Federais, pertencem as províncias destas duas regiões.

Este flagrante contraste entre o Brasil meridional e o Brasil setentrional, é como sabemos, uma consequência natural da acentuada disparidade entre a pródiga natureza do Sul e as adversidades geo-econômicas do Norte, que só a interiorização da metrópole poderia reduzir à proporções condizentes com outros interesses da Nação quanto ao desenvolvimento harmônico do país.

INCONVENIENTES DO SUPER-CONGESTIONAMENTO

Há a considerar ainda que a excessiva concentração demográfica nos grandes centros urbanos é um instrumento de primeira ordem para provocar graves distúrbios sociais, resultantes de desajustamentos individuais e coletivos, próprios das dificuldades e privações que as aglomerações causam.

A desesperada agitação em que se vive atualmente no Rio de Janeiro, vem reduzindo o índice psicossomático da população carioca e enfraquecendo cada vez mais os laços espirituais que mantêm a união da família e da sociedade, de tal maneira que poderá afetar seriamente a organização social da nossa metrópole se em tempo não houver uma verdadeira mobilização de esforços para evitar o agravamento da situação.

Esta é aliás uma das causas da prolongada crise que conserva o "gigante pela própria natureza, deitado eternamente em berço esplêndido" — a deficiência de circulação em seu organismo, cujo corpo imenso já não tem mais forças para sustentar uma cabeça que absorve e consome todas as suas energias.

OPINIÕES CATEGORIZADAS

O professor *Lourenço Filho* aquilatou bem o que seria a nova localização da capital no centro do país, quando escreveu: "Ora, a mudança da capital da República seria como que a integração do Brasil em si mesmo. Esta previsão não exige acurados estudos, investigações demoradas ou argumentação exaustiva. Impõe-se por si mesma. É uma solução, por assim dizer, biológica. E essa integração haveria de refletir-se em breve tempo, na mentalidade dirigente do país.

Dentro do coração do país, a capital pode ser mesmo o seu coração e o seu cérebro.

Nesse momento os homens de governo sentiriam que a sua obra teria de visar sempre, como um dos meios eficazes, ao lado do desenvolvimento da aviação, do saneamento e da imigração, o incremento e ordenação da cultura.

Nesse momento teríamos a União preocupada em dar, influida pelas idéias ambientais, as linhas seguras dessa coordenação que nos tem faltado. É a sábia política da criação, da produção e da saúde, cooperadora e consolidadora de toda a obra de construção nacional, já iniciada."

F. de Varnhagen, o brilhante Visconde de Pôrto Seguro, comentando a ocupação francesa do Rio de Janeiro por Duguay Trouin e o alto pagamento exigido por ele para libertar a cidade, escreveu ardorosamente :

"Permita Deus que seja quanto antes retirada a capital do Império, tão vulnerável aí na fronteira e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeio por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo governo aí não se achasse.

E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões de ares puros, de boas águas e até de abundantes mármore, vizinha ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas".

A ESCOLHA DO LOCAL

A idéia da mudança da capital não é nova, tanto assim que consta da própria Constituição de 1891 (1).

Estudos diversos têm sido realizados. A escolha da região já foi definitivamente assentada: é o quadrilátero do Planalto Central, compreendido entre os paralelos 15° 31' e 17° e os meridianos 46° 31' e 49° 30'.

Ainda recentemente (janeiro de 1953) o próprio Poder Legislativo autorizou a realização de estudos definitivos sobre :

- 1 — as condições climáticas da região ;

- 2 — as condições relativas ao abastecimento de água e energia elétrica ;
- 3 — as condições de acesso às vias de transportes terrestres e aéreos ;
- 4 — a topografia regional ;
- 5 — a estrutura do solo ;
- 6 — a proximidade de terras para cultivo ;
- 7 — a beleza natural da região ;
- 8 — o plano de desapropriações dentro de uma área de 500 quilômetros quadrados ;
- 9 — o plano de urbanismo da nova cidade.

A transferência da capital, exigirá porém muito dinheiro e afetará diretamente a vida de muita gente, muito embora não se trate de transferir a cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, mas somente a sede do Governo Federal.

Nem por isso devemos no entanto deixar de iniciarmos a execução progressiva desta transcendental medida, enquanto é tempo, pois no futuro será muito mais difícil, porque os obstáculos obviamente serão muito maiores.

DECLARAÇÃO DOS GOVERNADORES DA BACIA DO PARANÁ-PARAGUAI REUNIDOS EM GOIÂNIA NO MÊS DE MAIO DE 1955

Bem compreendendo a urgência do problema, os Governadores da Bacia Paraná-Paraguai, fizeram uma declaração conjunta nos seguintes termos :

"Os Governos dos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, reunidos na Quinta Conferência dos Governadores da Bacia Paraná-Paraguai, em Goiânia, tendo em vista a oportunidade que se lhes oferece de sugerir idéias e apresentar proposições dentro do plano de trabalhos elaborado para o melhor êxito do magno conclave, e considerando que já não é possível, a esta altura da conjuntura

(1) O Visconde de Pôrto Seguro a pedido do Imperador escolheu no primeiro quartel do século XIX a região de Formosa para colonização alemã e posteriormente a sede do Governo Imperial.

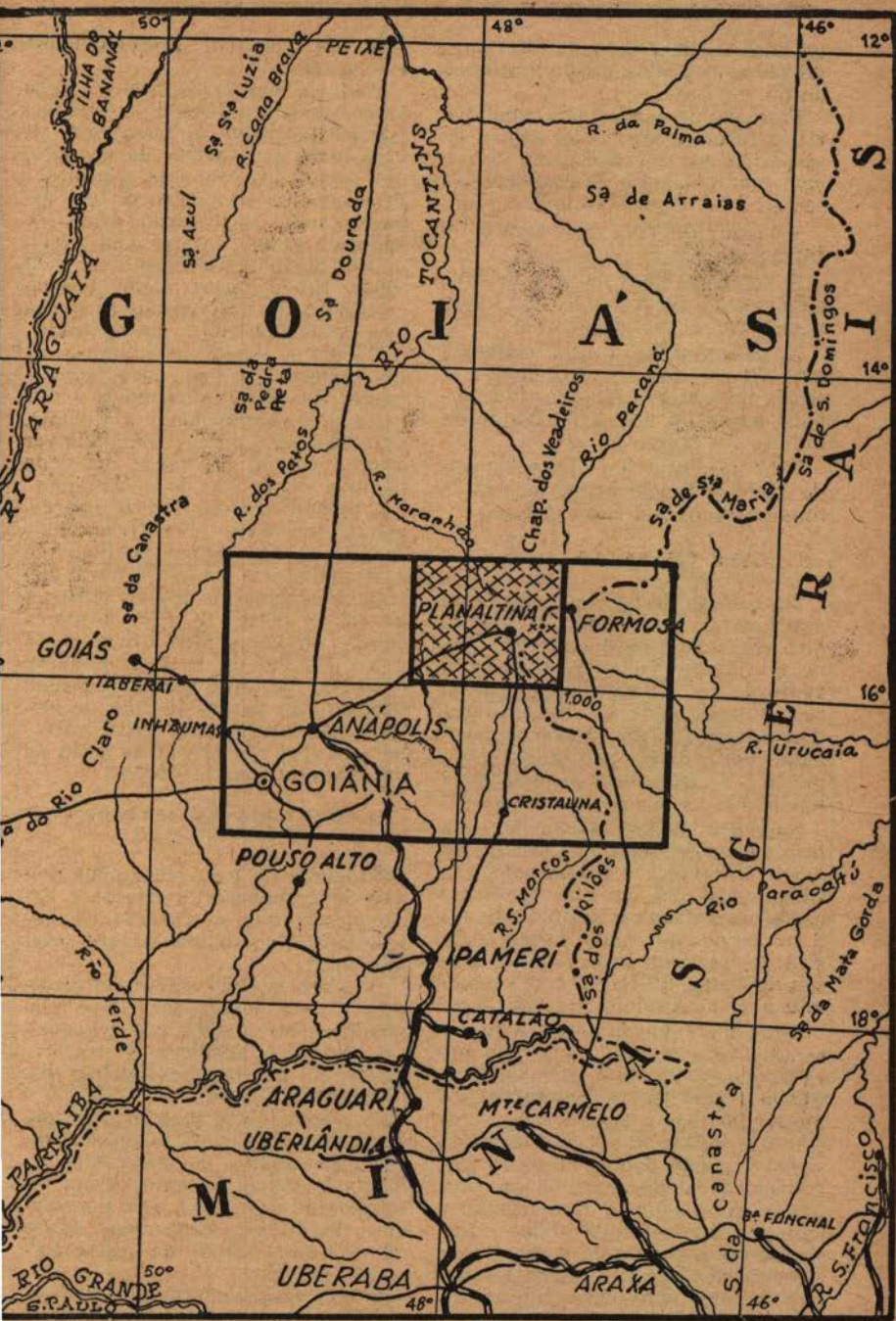
político-social-econômica da Nação Brasileira, ter a sua Capital no litoral e afastada do resto do País, como lhe voltando as costas pela serra do mar; considerando que o Brasil precisa encontrar-se a si mesmo, estabelecendo o eixo da própria administração no coração de seu território, de forma a permitir que as vistas do Governô alcancem os mais afastados pontos da pátria brasileira; considerando que a mudança da Capital da República para o centro do país é assunto tão ve.ho como os sentimentos do mais alto patriotismo que lhe dedicaram os independentes ao se baterem pela independência do país; considerando que tôdas as constituições da República, de 1891 a 1946, consubstanciaram nos seus dispositivos a necessidade da transferência da sede administrativa do Brasil do Rio de Janeiro; considerando que várias comissões, designadas pelo Governô Federal e integradas, por pessoas de nomeada, como a primeira chefiada por Cruls, escolheram o planalto central brasileiro como o local mais apropriado para o sítio da nova capital; considerando que já se encontra definitivamente escolhido o sítio da futura sede do Governô pela comissão presidida pelo marechal José Pessôa, bem como declarada de utilidade pública pelo Governô Estadual de Goiás tôda a área destinada à futura sede do Governô da União; considerando que, sôbre ser a referida área tributária em sua maior parte da bacia do Paraná, a localização da sede do Governô da União atuará como núcleo de germinação e será um cometimento pioneiro, que fará acordar o espírito empreendedor dos bandeirantes de outra; considerando que tal medida é de indisfarçável interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável contingente demográfico para o interior e com isso, desafogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do

progresso do centro para a periferia, resolvem congratular-se com o Exmo. Sr. Presidente da República, com os Exmos. Srs. membros do Congresso Nacional e com a Comissão de Localização da nova Capital Federal, pelas medidas agora postas em prática, e, ao mesmo tempo, apela.m no sentido de que se prosigam com urgência as providências atinentes ao cumprimento do disposto no art. 4º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal".

CARACTERÍSTICAS DO LOCAL ESCOLHIDO

A escolha definitiva do local em que deveria ser construída a futura capital, demandou prolongados trabalhos da Comissão presidida pelo Marechal José Pessôa, que tora nomeado pelo Presidente da República para proceder os estudos recomendados pelo Congresso.

Localizada a sudeste da cidade de Planaltina, a área escolhida, que é de 5.800 km², apresenta perfeita unidade topográfica, encerrando um amplo chapadão de forma triangular, com uma altitude da ordem de 1.000 metros. Do ponto de vista hidrográfico, o terreno é bem irrigado e banhado por formadores não só da bacia amazônica como da bacia de S. Francisco e da bacia do Paraná. A topografia local oferece amplas áreas para instalação de aeródromos, de fácil acesso às vias de transportes terrestres. O problema de esgotos tanto das águas residuais como das fiuviais, será facilitado grandemente pela suave declividade do terreno. Há nas proximidades muitas terras cultiváveis e a camada de húmus que cobre a superfície desse sítio é mais espessa que a dos demais. Quanto as necessidades de força e luz, a região oferece possibilidade de energia elétrica de baixo preço, possuindo dentro da própria área uma cachoeira com uma potência de 24.300 c.v., de fácil captação e aproveitamento hidráulico. Existe ainda nas imediações, bastante material de construção. O clima, extraordinariamente saudável é uma das principais características da região, assim como a amena temperatura local que não tem ali



grandes oscilações, nem ultrapassa de 28º centígrados, sendo a mínima de 6º.

Para evitar a ganância imobiliária, a referida área, logo depois de escolhida, vai ser declarada de necessidade pública e de conveniência social.

A cidade de Vera Cruz será auto-financiada.

A venda de lotes na zona urbana, suburbana e rural permitirá o fundo necessário à sua construção.

A desapropriação está estimada em 100 milhões de cruzeiros e a venda de 400.000 lotes na zona urbana permitirá uma arrecadação de bilhões de cruzeiros.

Está previsto um deslocamento de 150.000 funcionários, federais e municipais para a Nova Capital.

NOSSA VISITA AO LOCAL

No começo de agosto do corrente ano, graças a um honroso convite que recebemos do Exmo. Sr. General Danton Teixeira, tivemos a ventura de conhecer "in-loco" a sede da nova metrópole federal, que nessa ocasião já havia sido denominada Vera Cruz, com aplauso de mestres da literatura e da história brasileira.

Partimos do Rio, numa das manhãs mais frias do ano, às 8,30 do dia 2 de agosto, e fomos chegar a Goiânia às 11,30, fazendo o percurso entre estas duas capitais em apenas 3 horas de vôo, num Lockheed da F.A.B. pilotado pelo Capitão Nelson da Gama, que tinha como copiloto o Ten. Antônio Novelino.

Fazia um lindo dia e o céu apresentava uma "limpeza, própria para pilotagem de Major Brigadeiro". Tivemos por isso, oportunidade de aproveitar toda a viagem para apreciar as regiões que fomos atravessando: pouco depois da serra dos Órgãos, a fabulosa região das minas, e mais além, o rico triângulo agro-pecuário, ficando todos entusiasmados não só com a riqueza e a beleza dos quadros naturais como também com o desenvolvimento da maioria das cidades que sobrevoamos, inclusive a nova capital de Goiás, cujo aspecto deixou os mem-

bros da comitiva profundamente encantados.

Naquele mesmo dia, fomos a Vera Cruz, que fica a 310 km de Goiânia. Haviam acabado de construir ali uma pista para aviões de cruzeiro, que fomos dos primeiros a utilizar. Precisamente no centro de um extenso campo já nivelado, estava fixado um grande mastro com a bandeira nacional tremulando no seu topo. Era o marco inicial da concretização de um verdadeiro sonho que tanto desejamos ver realizado.

Depois de passarmos algumas horas neste privilegiado local, constatando tudo o que ouvimos a respeito dêle, regressamos a Goiânia, animados da esperança de ainda ver a nova capital do Brasil instalada naquela região, tão bem escolhida. Na capital goiãna, fomos fidalgamente recebidos pelo Governador José Ludovico. Soubemos então que a transferência da mais nova metrópole estadual do Brasil, começou em 23 de março de 1937, e que a cidade foi inaugurada oficialmente a 5 de julho de 1942, podendo-se asseverar portanto que a belíssima Goiânia, tem apenas 18 anos de idade, o que constitui um teste positivo para os que não crêem no êxito da mudança da Capital Federal.

O PROBLEMA DA REEDIVISÃO TERRITORIAL

Ninguém de bom senso pode deixar de reconhecer a chocante desigualdade que se observa na distribuição do patrimônio territorial brasileiro.

A nossa divisão política-administrativa não tem razoáveis fundamentos, quer geográficos e históricos, quer econômicos e sociais. Apresenta por isso verdadeiras disparidades.

A origem dêste magno problema geopolítico, foi como sabemos a divisão da colônia em capitanias ao longo da costa. Ficamos assim inteiramente expostos a ação dissociadora dos fatôres geográficos, desde os primeiros ciclos de nossa formação política.

O Império transformou as antigas capitanias em Províncias. Posteriormente, estas vieram constituir os "Estados Unidos" da República.



Esboço de uma divisão territorial assentada em um critério mais equilibrado e prudente

A divisão política-administrativa de nosso território, não obedeceu portanto a um critério racional e justo. Resultou quase que somente do movimento de conquista e aproveitamento da terra.

A divisão territorial de uma nação é o substrato da organização política e administrativa do patrimônio nacional. Sendo assim ela tem uma dupla condição a satisfazer.

- 1ª) corresponder os três supremos objetivos da Política Nacional: união, segurança e prosperidade;
- 2ª) facilitar a administração federal, estadual e municipal do país, nas condições fixadas pelo regime político.

Assim pois, numa sociedade política, como é o caso da Federação Brasileira, *além da igualdade de direitos e deveres, deve haver relativa equivalência de forma e de estrutura* entre as Unidades associadas ou irmãs. Sem isto não haverá justiça e equilíbrio, nem portanto, verdadeira solidariedade entre elas, a gerar como necessário a vontade da Nação e sua sobrevivência histórica.

Não satisfazendo a estes postulados é óbvio que a nossa atual divisão política, a presenta graves imperfeições, contrárias aos interesses da própria Nação, que justamente por isso, precisam ser corrigidas.

Como atribuir por exemplo, direitos e deveres iguais a unidades de tamanho e valor tão diferentes como é o caso entre os Estados do Amazonas e de Sergipe. Infelizmente, porém, todas as vezes que se fala numa redivisão política de nosso território, surgem interesses regionais e individuais de todos os lados, em detrimento da própria causa nacional.

A redivisão territorial do Brasil, em bases destinadas a assegurar o verdadeiro exercício da Federação e a transferência da Capital para o centro geográfico e político do país, constituem dois problemas fundamentais da reestruturação de nossa nacionalidade.

Eminentes mestres de notável saber e patriotismo, como Alberto

Tôres, Gen. Segadas Viana e M.A. Teixeira de Freitas, já nos forneceram em preciosos trabalhos as indicações gerais para a solução destes magnos problemas.

Advertiram que o critério para uma nova divisão territorial, não deveria se assentar exclusivamente nos fatores geográficos e históricos, mas também na complementação econômica e na comunhão social das Unidades Federadas.

Dentro desta ordem de idéias, estabelecera o tamanho médio que deveria ter cada Estado brasileiro. Nem muito grande, devido ao exagero do sentimento de auto-suficiência, nem também muito pequeno para não prejudicar sua missão constitucional. Por outro lado, aconselharam a não se modificar tudo quanto já estivesse ajustado aos critérios de justiça e equilíbrio.

De acordo com esta premissa, o padrão geral deveria ficar aproximadamente entre 150 e 550 mil quilômetros quadrados. Dentro destes limites, enquadrar-se-iam não só o Rio Grande do Sul e S. Paulo, como também o Maranhão e o Piauí; constituiriam novos Estados anexação, o Paraná e Santa Catarina, o Ceará, o R.G. do Norte e a Paraíba; desdobrar-se-iam; Goiás, em dois Estados, Mato Grosso em cinco, Pará em cinco e Amazonas em seis; reajustar-se-iam em fórmula felicíssima os Territórios restantes.

Os Estados que não se alterariam, sem nada perder, ganhariam com a melhoria da situação do país.

Os Estados de desmedida extensão, para os quais a imensidão territorial é um formidável peso morto, teriam a vantagem de se libertar das responsabilidades a que não podem fazer face, sem conceder território a nenhuma outra Unidade do quadro atual.

Finalmente, os Estados que se associassem a outro ou a parte de outros, bem como os que cederem essas partes, nada perderiam e tudo ganhariam.

Segundo este equilibrado e prudente critério, o Brasil ficaria dividido em 1 Distrito Federal e 29 Unidades Federadas.

Destas, as que estivessem aquém de certos índices demográficos e

econômicos, ficariam provisoriamente sob a tutela da União, como Território Federal, até atingirem o nível necessário à sua incorporação no quadro dos Estados Federados.

O nosso território é como sabemos um imenso reservatório de riquezas à espera de pleno aproveitamento.

A ocupação e exploração do solo pátrio, ou seja o ajustamento da população ao espaço geográfico, deve ser por conseguinte a nossa linha de partida.

Para isso precisamos antes de tudo, remover sérios obstáculos decorrentes de nossa defeituosa estruturação social, econômica e política, entre os quais figuram a excêntrica posição da metrópole e a atual divisão territorial.

No Brasil como todos sabemos, a República foi uma aspiração que nasceu sob o impulso do ideal federalista, considerado fatalidade de ordem geográfica. A grande acusação que se levantou contra o Império foi a centralização excessiva, que detinha qualquer expansão de progresso local.

Se há uma idéia fixa, vigorosa, que orienta a evolução política do Brasil, essa idéia é a da federação. No entanto, o que vemos na prática

é a *centralização progressiva para a qual o Brasil marcha*, acarretando um estado de perturbação em todos os seus movimentos, não só políticos como econômicos e sociais.

Vemos que as dificuldades se acumulam nessa progressão centralizadora e que o Brasil está sendo entravado no seu desenvolvimento, sem dispor de recursos, de poder criador, dos meios necessários para conciliar essa tendência com a solução de questões e problemas fundamentais que ele tem de enfrentar.

A resistência à federação foi o grande erro da monarquia, cuja centralização não teve forças para conter a tremenda ação descentralizadora imposta pela própria extensão geográfica do país.

Infelizmente porém, a verdade é que ainda vivemos sob um regime unitário, burocrático e inoperante, não obstante a própria Constituição afirmar enfaticamente o princípio básico da federação.

E uma das causas fundamentais deste verdadeiro paradoxo é sem dúvida a imperfeita divisão política do território nacional, cujas disparidades tem contribuído poderosamente para desordenação de nosso desenvolvimento.

"FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA" (n. de junho)

Correções a serem feitas, por solicitação do autor

Pág. 17:

24) Forte Nossa Senhora da Conceição (Guaporé).

- 1) Na 1ª linha — onde se lê: 1770, leia-se: 1759;
- 2) Na 2ª linha — onde se lê: Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres, leia-se: Antonio Rolim de Moura Tavares;
- 3) Na 6ª linha — onde se lê: 1759, leia-se: 1754.

Pág. 18:

27) Forte do Príncipe da Beira (Guaporé).

- 1) Na 2ª linha — onde se lê: 1770, leia-se: 1759;
- 2) Na 3ª linha — onde se lê: Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres, leia-se: Antonio Rolim de Moura Tavares;
- 3) Na última linha — onde se lê: D. Antonio Rolim, leia-se: Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres.

"PÉ DE TRINCHEIRA"

No dia em que o brasileiro empregar ajuizadamente sua vivacidade e orientar sua privilegiada inteligência no sentido do bem, o nosso País será o primeiro do mundo.

Uma das provas do que asseveramos é a facilidade com que o "pracinha" resolve os seus problemas. Ele tem recursos para tudo!

Reputamos o fato que se segue como uma das mais interessantes aplicações da sagacidade do soldado brasileiro, sobretudo por suas consequências.

Inexperientemente, nossos soldados escolheram suas botinas justas aos seus pés, isto é, com o tamanho usual.

Ao chegar o frio, recebemos grossas meias de lã. Com os pés calçados nessas meias, diversos soldados nossos não podiam usar suas botinas, essas lhes apertavam exageradamente os pés. Que fazer? Não usar as meias de lã? Ficar com frio?

Os americanos que usam sempre seus sapatos folgados, 2 ou 3 números maior, podiam usar até duas meias de lã!

Mas, com a neve, éramos obrigados não só usar as meias de lã, como também as galochas, verdadeiras botas de borracha. Os pés, o nariz e as orelhas são os pontos que mais sentimos frio.

Que fizeram nossos soldados? Uns porque suas botinas se tornaram pequenas e outros, aqui para nós, por comodidade mesmo, resolveram calçar meias de lã, envolverem os pés assim calçados com uma tira de lã que cortaram de seus cobertores, encherem suas galochas com palha seca e calçaram-nas, desprezando a botina.

Resultado: Tinham os pés ótimamente aquecidos, e, sem querer, os tiveram ventilados e se livraram do "pé de trincheira", perigoso mal que tanto afligiu os americanos e que consistia num congelamento dos pés com as consequências desastrosas da lepra.

(Crônicas de Guerra — Cel. Uzêda)

Eis mais uma história do Regimento Sampaio, também vivida pelo companheiro que hoje, na reserva, dirige a "Casa Neno".



Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acordo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicycletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor